



Disponível em  
<http://www.anpad.org.br/rac>

RAC, Curitiba, v. 15, n. 2,  
pp. 343-348, Mar./Abr. 2011



## Documentos e Debates

### **Tréplica - O que é um Ensaio-Teórico? Tréplica à Professora Kazue Saito Monteiro de Barros e ao Professor Carlos Osmar Bertero**

**What is a Theoretical Essay? Response to Prof. Kazue Saito Monteiro de Barros and  
Prof. Carlos Osmar Bertero.**

**Francis Kanashiro Meneghetti \***  
E-mail: [fkmeneghetti@gmail.com](mailto:fkmeneghetti@gmail.com)  
Universidade Positivo - UP  
Curitiba, PR, Brasil.

\* Endereço: Francis Kanashiro Meneghetti  
Rua Professor Pedro Parigot de Souza, 5300, Prédio da Biblioteca, 5º andar, sala 11, Curitiba/PR, 81280-330.

---

Copyright © 2011 RAC. Todos os direitos, até mesmo de tradução, são reservados. É permitido citar parte de artigos sem autorização prévia, desde que seja identificada a fonte.

---

Deparei com um pensamento de Marx. Ele me inspirou a pensar o conteúdo desta tréplica. Para Marx, a filosofia não deve apenas ser capaz de interpretar a realidade, mas também deve ser capaz de modificá-la. Uma reflexão sobre o ensaio, a princípio, parece ter foco meramente teórico, em que são discutidos aspectos centrados nos elementos técnicos da sua forma, da maneira como é possível escrever um ensaio. Entretanto, o pensamento de Marx e as réplicas da professora Kazue e do professor Bertero nos conduzem a aspectos bem mais concretos e ligados à realidade do ensaísta, convidando-nos para a reflexão de como estamos produzindo conhecimento e por que estamos produzindo desta forma. A defesa do ensaio como forma é mais do que simplesmente a defesa de uma técnica ou de um instrumento. É forma de resistência à tendência totalitária de produção do conhecimento, baseado nos critérios estritos de fazer ciência tradicional. Não se trata de negar ou de rejeitar as formas tradicionais de fazê-la, pois elas são fundamentais para os avanços materiais da humanidade, trazendo importantes resultados na melhora das condições de vida das pessoas, sobretudo as melhoras que dependem do avanço da medicina, da farmacologia, das engenharias etc.

Por isso, divido esta tréplica em duas partes. A primeira é breve reflexão sobre o ensaio como meio de reflexão dos intelectuais e como contraponto à lógica do produtivismo científico que se instalou na atualidade. A segunda são respostas pontuais às réplicas da professora Kazue e do professor Bertero. Vamos à primeira.

Quando iniciamos a vida acadêmica, temos a chance de nos deparar com bons professores, excelentes pesquisadores e alguns intelectuais. Segundo Sartre,

O intelectual é o homem que toma consciência da oposição, nele e na sociedade, entre a pesquisa da verdade prática (com todas as normas que ela implica) e a ideologia dominante (com seu sistema de valores tradicionais). Essa tomada de consciência – ainda que, para ser real, deva se fazer, no intelectual, desde o início, no próprio nível de suas atividades profissionais e de sua função – nada mais é que o desvelamento das contradições fundamentais da sociedade, quer dizer dos conflitos de classe e, no seio da própria classe dominante, de um conflito orgânico entre a verdade que ela reivindica para seu empreendimento e os mitos, valores e tradições que ela mantém e que quer transmitir às outras classes para garantir sua hegemonia (Sartre, 1994, pp. 30-31).

Os intelectuais por excelência usam o ensaio como forma para manifestar suas reflexões. Não é a reflexão daqueles que pensam ao escreverem, mas daqueles que escrevem após pensar e refletir. Só por este critério é possível perceber que são poucos os que realizam efetivamente um ensaio.

Conforme afirma Schopenhauer (2009, p. 57), existem três tipos de autores: Primeiro, são aqueles que escrevem sem pensar. São os compiladores de ideias alheias ou os aqueles que fazem da sua memória a origem do próprio conhecimento. Este é o grupo numericamente dominante. Segundo, os que pensam enquanto escrevem. Também são bastante numerosos. Terceiro os que pensam antes de se lançar à escrita. Escrevem apenas porque pensam. Esses são raros.

É possível identificar na academia os compiladores de ideias, geralmente aderem à lógica do produtivismo típico da ciência *taylorista*, de produção em série e de massa. Sua lógica é estabelecer o melhor método de produção, para atingir quantidades de artigos em periódicos que sejam suficientes para pleitear uma bolsa produtividade, ganhar recursos das agências de fomentos, hoje dominadas pelas regras da produtividade, sob a batuta do sistema de produção capitalista. Geralmente é manifestada por artigos que apresentam sempre a mesma **base** teórica, com os mesmos autores, em que os alunos orientandos são levados a ler e enquadrarem suas **análises** dentro de categorias já definidas e que serão verificadas empiricamente para geralmente comprovarem aquilo que o professor orientador acredita mais como crença do que como resultado das reflexões autônomas dos orientandos.

Temos ainda os que aprimoram o sistema de produção, aderindo às novas técnicas de gestão do *toyotismo*, dos trabalhos em grupos semiautônomos, formados por pequenas ilhas de produção, em que cada pesquisador escreve uma parte do trabalho, para depois ser encaixado na linha de montagem, que se encarrega de finalizar o artigo para ser enviado a alguma revista que possa fazer valer pontos para o

seu *Lattes*. Para estes dois casos o que importa é a definição da melhor técnica para alcançar índices cada vez maiores de produtividade. É evidente que os resultados finais trazem benefícios sociais, mas o que não quer dizer que os pesquisadores que aderem a estes modelos saibam bem o que estão fazendo para o longo prazo.

Um pesquisador que não reflete sobre sua condição de produção, quais são suas responsabilidades sociais, a quem serve sua produção, quais as consequências boas e más daquilo que produz, não é intelectual no sentido de Sartre. É produtor de conhecimento científico alienado. Acreditar ser diferente dos outros, porque está lidando com conhecimento, com educação, cujo instrumento básico é seu cérebro e não suas mãos.

Kant (1996), no seu texto sobre o esclarecimento, já tinha chamado a atenção para a responsabilidade daqueles que produzem conhecimento esclarecido. Adorno e Horkheimer (2002) empreenderam críticas à sociedade esclarecida que, apesar do grande potencial de produção de conhecimento esclarecido, baseado na ciência tradicional, não foi capaz de evitar que fenômenos como o holocausto fossem evitados. Pelo contrário, o conhecimento esclarecido é responsável por criar tecnologias que viabilizaram a alienação e o extermínio em massa. Obviamente que não se trata de uma relação direta, em que todo o conhecimento esclarecido leva a situações catastróficas. Mas não quer dizer que o potencial de destruição seja eliminado simplesmente por causa dos avanços das ciências tradicionais. Sem reflexão intelectual, em que os elementos da contradição sejam pensados, não é possível eliminar o potencial destrutivo que engendra qualquer novo conhecimento gerado pela ciência tradicional. Ela é capaz de controlar, pelo menos em parte, a natureza, mas não é capaz de modificar a condição humana, já dizia Freud.

Neste sentido, o ensaio é sempre forma de reflexão intelectual. Os elementos da contradição são colocados em evidência no intelecto do ensaísta e dos seus interlocutores. Por meio dos diálogos, os lugares comuns e considerados seguros são substituídos pela dialética dos pensamentos dos envolvidos no ensaio com a própria mudança do mundo concreto.

Assim, o ensaísta não vive somente o momento da escrita e de interlocução. No ensaio se encontram os momentos das leituras, das reflexões intelectuais, das experiências de vida, da cultura geral adquirida. Encontram-se também suas fragilidades, limitações e preconceitos; afinal o ensaísta admite sua condição de exposição como sujeito, sem precisar esconder-se no formalismo do discurso, das metodologias científicas rígidas ou do formalismo da academia. Texto como Emílio ou da Educação, de Rousseau (1999), por exemplo, comprova este fato. Sua força e importância consistem exatamente no fato de o autor se expor e se mostrar como sujeito que reflete de forma autônoma, sendo capaz de defender seus argumentos sem precisar aprisionar-se nos formalismos de conhecimentos prontos e rígidos.

O ensaio, desta forma, apresenta-se como recurso para os intelectuais pensarem a realidade, transpondo a rigidez da produção de conhecimento no presente tempo histórico. Sua força está na autonomia do intelectual, sem que isto seja, necessariamente, abandono de critérios, alguns deles apresentados no artigo inicial sobre o ensaio.

Nesta segunda parte da tréplica, gostaria de fazer alguns comentários das réplicas. Primeiro farei algumas reflexões referentes às questões pontuais apresentadas pela professora Kazue.

Primeiro é o fato de a professora ser de outra área de conhecimento. Suas observações são extremamente pertinentes e concordo com todas elas. Por ser especialista em estudos contemporâneos dos discursos de abordagem sociointeracionista, entende o ensaio como forma de interação e de prática social. Esta análise é mais natural para quem está em uma área de conhecimento que tem como tradição equilíbrio maior entre produção de conhecimento por meio de ensaios e por formas mais tradicionais de fazer ciência. Vale aqui um comentário que foi feito pela professora, quando afirma que uso o termo científico de forma restrita no artigo. O termo científico não pode ser entendido como termo fechado, como conceito preciso e que tenha unidade de entendimento totalmente aceita e compartilhada. Assim, ele é usado para caracterizar certos tipos de ciências, de características

pragmáticas e utilitaristas, que privilegiam metodologias rígidas e pré-definidas e que tentam impor-se como modelos únicos, corretos e seguros na forma de construir conhecimentos científicos.

Os embates entre correntes epistemológicas e metodológicas são comuns nas áreas de conhecimentos, até mesmo na área de administração. Estes embates fazem bem e oxigenam os debates, pois o conhecimento de uma área avança com as contradições criadas por sua comunidade. O que não é possível admitir é que a diversidade, a pluralidade, a autonomia intelectual e os valores universais da educação sejam cerceados por entrincheiramentos ideológicos, muitas vezes motivados por vaidade pessoal, corporativismo das instituições, interesses econômicos e ocupação de cargos e postos de poder político. Não devemos negar que estas práticas acadêmicas estão presentes, pois ninguém é isento de sentimentos inerentes à condição humana ou de interesses de natureza individuais e coletivos. Mas também não devemos acreditar que haja uma teoria da conspiração, em que tudo na academia está somente no jogo do poder e dos interesses corporativistas.

Neste sentido, o ensaio como forma se insere como interação imediata com o leitor, mas também com toda a comunidade científica. Quando o ensaísta adota este recurso, apresenta-se como indivíduo com determinada prática social, criando identidade como pesquisador e intelectual que está além dos limites do papel. No ensaio, a interação não está limitada ao leitor imediato. Exemplo disto pode ser facilmente identificado na história da filosofia, nos conjuntos de obras clássicas que se tornaram referências por inserirem e motivarem discussões e diálogos mais amplos entre filósofos de correntes, concepções e posicionamentos políticos diferentes. Exemplos são Rousseau e Locke, Marx e Feuerbach, Schopenhauer e Hegel, Popper e Adorno etc.

Outra observação feita pela professora Kazue que merece consideração adicional é que o ensaio pede um interlocutor. É verdade que Popper e Adorno são as personagens centrais na discussão promovida entre eles sobre o problema da sociologia alemã (Adorno, 1976), tornando-se interlocutores um do outro. Mas a interlocução não termina aí. Todos os demais leitores participam indiretamente, mesmo que não interajam diretamente como vozes ativas. O fato de não participarem dos debates como personagens centrais, escrevendo, publicando ou participando de debates sobre a discussão, não quer dizer que eles estão ausentes e alheios às discussões. Quando um leitor toma um posicionamento político ou demonstra preferência por esta ou por aquela abordagem, já está interagindo, só que não de forma direta. Esta afirmação é um tanto óbvia, pois as grandes correntes de pensamento, como o estruturalismo, o marxismo, o positivismo etc. se consolidam pela adesão de pesquisadores e intelectuais que participam ativamente da construção de conhecimento, escrevendo, publicando ou debatendo, ou ainda de forma, como leitor das publicações, como público dos debates ou como formadores de opinião.

Conforme afirma a professora Kazue, o ensaio é de “natureza fortemente dialogal, é processo de construção de sentido em que os envolvidos são coautores de um conteúdo **negociado** e efetivado no ato de formulação e recepção textuais” (p. 334). Estes coautores participam, de forma diferente, da negociação destes conteúdos, dando-lhes sentidos diferentes.

Outra reflexão importante refere-se ao espaço de inserção e interação do ensaio. Quando as esferas públicas (associações, revistas científicas, congressos científicos, agências de financiamentos setoriais etc.) de uma área de conhecimento são dominadas por grupos de pesquisadores e intelectuais com visão e ações restritivas em relação às formas de produção de conhecimento (correntes epistemológicas, metodológicas ou de concepções etc.), a natureza dialogal restringe-se a pequenos espaços de discussão.

Além disso, ocorrem patrulhamentos ideológicos, mesmo que o controle nunca consiga ser total, em que a diversidade permitida é aquela que existe para manter a sensação de espaço democrático, mas que na realidade mantém estruturação autoritária por instituir um sistema de controle que permite grupos manter-se no poder e fazer prevalecer seus interesses econômicos e políticos.

A sorte é que na academia em geral existem pessoas que valorizam a autonomia acadêmica e têm sensibilidade e conhecimento para defender uma produção de conhecimento menos pragmática e

mais plural nas possibilidades epistemológicas e metodológicas, por saberem que a evolução do próprio conhecimento depende muito da criatividade e da capacidade de reflexão intelectual dos indivíduos. É necessário, desta forma, permitir nos espaços públicos, onde ocorre a produção do conhecimento, maior pluralidade epistemológica e metodológica, assim como espaços maiores para as pessoas manifestarem sua subjetividade. Obviamente que isto não implica abrir mão de padrões de qualidade coletivamente criados. Neste sentido, defendo que os ensaios tenham relevância temática, rigor argumentativo elaborado, conteúdo e forma validados e que permitam mediação dos conteúdos, interação com os leitores, espaço para promoções reflexivas autônomas de todos os que interajam com o ensaio.

Em relação às observações feitas pelo professor Bertero, farei algumas considerações. A primeira é sobre a dicotomia sujeito/ objeto na produção do ensaio. Quando afirmo que o ensaio leva à superação da dicotomia sujeito/objeto, quero dizer que, diferentemente das ciências tradicionais, em que o critério da objetividade é pressuposto necessário para validar o conhecimento, no ensaio o momento do conhecimento se realiza exatamente pela não adoção de métodos estabelecidos, como nas ciências tradicionais. O empirismo e o racionalista, enquanto paradigmas científicos, são colocados de quarentena, para que o ensaísta possa ter liberdade de reflexão sem os formalistas das etapas científicas. Evidente que a existência do objeto independe do sujeito, ou seja, ele existe independentemente da consciência individual do ensaísta, mas é somente por meio dele que o momento da realização do conhecer ocorre. Não se trata de dar primazia ao sujeito no processo do conhecimento objetivado e científico, mas de afirmar que a primazia do conhecimento para si, isto é, para o sujeito individual, só ocorre na sua própria consciência. Neste sentido, o ensaio é criação do sujeito para o mundo sobre determinado objeto, mas não quer dizer que o conhecimento objetivado das ciências tradicionais se realiza na consciência individual, mesmo que este tenha autonomia para interpretar a realidade.

Naturalmente o conhecimento objetivado das ciências tradicionais necessita de elementos de controle e de referências para se tornar conhecimento compartilhado. Teorias, métodos, metodologias, instrumento de coletas de dados, organizações científicas, tecnologias etc. são expressões materiais combinadas daquilo que conhecemos, em última instância, como ciência. Sua importância e benefício social dependem desta estruturação que possibilitou que os homens controlassem a natureza e promovessem mudanças importantes sobre suas condições de existência. O ensaísta contribui com sua subjetividade, mesmo que não precise comprometer-se em contribuir com alguma coisa. Isto não implica acreditar que o ensaísta é sujeito desprezioso e sem interesses; afinal não é isento de interesses e sentimentos humanos.

Outro ponto importante ressaltado refere-se à intuição. O exemplo da melodia para ilustrar a importância da intuição é extremamente oportuno. Um ensaísta aproxima-se de um grande compositor, pois deve ser capaz de dar o algo a mais, de articular melodias, de elaborar as melodias em vários formatos e utilizar os vários instrumentos para fazer que a música se torne única, prazerosa e diferente. A intuição é manifestação individual. Nela o cálculo instrumental não se manifesta claramente na consciência do sujeito. Ela pode ser ainda a manifestação dos aspectos não racionalizáveis e não possíveis de serem objetivados. Desta forma é o que há de mais particular e inerente ao sujeito, mesmo que muitas teorias tentem compreendê-la como algo objetivo.

Por fim, gostaria de justificar meu convite para os leitores em empreender um ensaio. Considero os apontamentos do professor Bertero coerentes e oportunos. Sua experiência na academia dá legitimidade para afirmar que a maioria de nós sequer terá uma ideia original ou será capaz de ir além de uma boa revisão de literatura nos nossos trabalhos acadêmicos.

No entanto, gostaria de fazer um contraponto. Quando entramos na academia, criamos nossos padrões de referências e somos movidos por nossos sonhos. Fui orientado no mestrado e no doutorado pelo professor José Henrique de Faria. Suas obras são de “notável consistência”, segundo as palavras do próprio professor Bertero (2006, p. 109). O professor Faria utiliza-se das pesquisas científicas, mas também de ensaios como recursos de produção de conhecimento sobre a temática do poder e controle nas organizações. Naturalmente tenho como padrão de referência suas contribuições. Espero poder

contribuir na academia com uma obra tão original e consistente quanto a dele. Não sei se conseguirei; afinal são poucos os que têm a capacidade de intelectuais como José Henrique de Faria, Maurício Tragtenberg, Fernando Claudio Prestes Motta, Guerreiro Ramos. Mas tentarei. Lembro-me quando o professor Bertero debateu o ensaio que escrevi e apresentei no ENEO de 2002, realizado em Recife. Provavelmente ele não se lembre disto, o que é compreensível, pois o artigo apresentado é regular. Em linhas gerais ele encorajava-me a seguir meus estudos, trazendo reflexões filosóficas para a área. Sei que o professor Bertero é filósofo. Talvez este seja um dos motivos. Mas creio que tenha falado aquilo realmente para me encorajar, persistir nesta mesma linha de pensamento. Ainda estou tentando, praticamente nove anos depois. Continuo acreditando que posso realizar algo original na academia.

Considero o aceite em debater o texto do ensaio e a afirmação de que “padece da dificuldade de ter de discordar daquilo com que se concorda” (p. 342) um novo convite para continuar tentando. Assim, reforço o meu convite aos leitores, para que tentem empreender um ensaio, mesmo sabendo que muitos nem ao menos tentarão. Convido, por acreditar que acreditar é a primeira atitude a ser tomada por um ensaísta, tal como o professor Bertero o fez nove anos atrás e o faz agora, aceitando realizar a réplica. Reforço o convite por permanecer com a postura imprudente de quem ainda não incorporou totalmente o *habitus* da academia ou a ingenuidade de não conhecer as dimensões das próprias limitações e do tamanho da sua própria ignorância.

Por fim, gostaria de finalizar, agradecendo àqueles que criticamente participaram como interlocutores deste processo. Desde a ideia original até a finalização desta tréplica, essa participação confirmou que um ensaio se constrói coletivamente, mesmo que seus limites sejam definidos apenas por aquele que o escreve.

Nominalmente, agradeço à professora Tânia Maria Baibich-Faria, por ter-me instigado o interesse pelo tema ainda em 2007. Ao professor Clóvis Machado-da-Silva (*in memoriam*), que me incentivou a escrever o texto ainda quando era meu coordenador e chefe no programa de mestrado e doutorado em administração da Universidade Positivo. Com ele aprendi o valor da autonomia intelectual. Ao professor Pedro Lincoln, por ter debatido com muita propriedade o texto ainda em construção no EnEPQ 2009. À professora Kazue e ao professor Bertero, por terem feito, com muita propriedade, as observações nas réplicas, inclusive os apontamentos críticos. Ao professor José Henrique de Faria, pela permanente orientação na minha vida acadêmica. À revista RAC, pela sensibilidade de viabilizar a discussão em tempos em que os espaços para publicações estão cada vez mais fechados e restritos a formas tradicionais de fazer ciência. Aos interlocutores, e até mesmo aos leitores, pelo interesse na temática e por acreditarem que mudanças emancipadas são possíveis.

## Referências

- Adorno, T. W. (1976). *The positivism dispute in German sociology*. Londres: Heinemann.
- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (2002). *Dialectic of enlightenment: philosophical fragments*. Stanford: Stanford University Press.
- Bertero, C. O. (2006). *Ensino e pesquisa em administração*. São Paulo: Thomson Learning.
- Kant, I. (1996). *An answer to the question: what is enlightenment?* (M. J. Gregor, Trad.). Cambridge: Cambridge University Press. (Obra original publicada em 1784)
- Rousseau, J. J. (1999). *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes.
- Sartre, J. P. (1994). *Em defesa dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Schopenhauer, A. (2009). *A arte de escrever*. Porto Alegre: L&PM.